

A PESCA ARTESANAL ENTRE CAMPONESES RIBEIRINHOS DA COMUNIDADE SÃO MARCOS NO BAIXO RIO XINGU: PRÁTICAS, SABERES E TERRITORIALIDADES

*ARTISANAL FISHING AMONG RURAL PEASANTS OF SÃO MARCOS COMMUNITY IN THE LOWER
XINGU RIVER: PRACTICES, KNOWLEDGES AND TERRITORIALITIES*

*LA PESCA ARTESANAL ENTRE CAMPESINOS RIBEREÑOS DE LA COMUNIDAD DE SÃO MARCOS EN
EL BAJO RÍO XINGU: PRÁCTICAS, CONOCIMIENTOS Y TERRITORIALIDADES*

Maia, Paulo Junior Pina

Saraiva, Marcia Pires

Marinho, José Antônio Magalhães

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar, desde uma perspectiva geográfica, a dinâmica da pesca artesanal entre camponeses da comunidade São Marcos, no baixo rio Xingu, em Senador José Porfírio, Estado Pará. A obtenção de dados envolveu a realização de entrevistas na comunidade, além de levantamento de material bibliográfico e documental. A análise dos dados aponta que a pesca artesanal é umas das atividades mais expressivas entre os camponeses entrevistados. Em sua maioria, tais camponeses têm a pesca como a principal fonte de renda, o que torna essa atividade importante no processo de reprodução social dos comunitários. Referida atividade é realizada em territórios pesqueiros, onde as espécies são encontradas e capturadas com mais facilidade. Os pescadores se organizam por meio de regras comunitárias, diminuindo, de certa forma, os conflitos nos/por territórios. Os saberes construídos no cotidiano da pesca são transmitidos de geração em geração. Tais saberes relacionam-se ao comportamento, alimentação e reprodução dos peixes, constituindo rica fonte de informações que pode auxiliar no manejo, na conservação e na utilização dos recursos pesqueiros na área estudada.

Palavras-Chave: Pesca Artesanal. Territórios de Pesca. Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Rio Xingu.

ABSTRACT

The article aims to analyze, from a geographical perspective, the dynamics of artisanal fishing among peasants in the São Marcos community, along the lower Xingu River in Senador José Porfírio, Pará State. The data collection involved conducting interviews in the community, as well as gathering bibliographic and documentary material. The data analysis indicates that artisanal fishing is one of the most significant activities among the interviewed peasants. In general, these peasants consider fishing as their primary source of income, which makes this activity important in the process of social reproduction of community members. This activity takes place in fishing territories where species are found and captured more easily. The fishermen organize themselves through community rules, which reduces, in a certain way, conflicts in/over territories. The knowledge built in the daily practice of fishing is transmitted from generation to generation. Such knowledge is related to the behavior, feeding habits and reproduction of fish, constituting a rich source of information that can assist in the management, conservation and utilization of fisheries resources in the studied area.

Keywords: Artisanal Fishing. Fishing Territories. SustainableDevelopment Reserve. Xingu River.

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo analizar, desde una perspectiva geográfica, la dinámica de la pesca artesanal entre campesinos de la comunidad de São Marcos, en el bajo río Xingu, en Senador José Porfírio, Estado de Pará. La obtención de datos implicó la realización de entrevistas en la comunidad, así como la recopilación de material bibliográfico y documental. El análisis de los datos señala que la pesca artesanal es una de las actividades más significativas entre los campesinos entrevistados. En su mayoría, estos campesinos tienen la pesca como su principal fuente de ingresos, lo que hace que esta actividad sea importante en el proceso de reproducción social de la comunidad. Esta actividad se lleva a cabo en territorios pesqueros, donde las especies se encuentran y capturan con mayor facilidad. Los pescadores se

organizan mediante reglas comunitarias, disminuyendo, de alguna manera, los conflictos en/por los territorios. Los conocimientos construidos en la vida cotidiana de la pesca se transmiten de generación en generación. Estos conocimientos se relacionan con el comportamiento, la alimentación y la reproducción de los peces, constituyendo una rica fuente de información que puede ayudar en la gestión, conservación y utilización de los recursos pesqueros en la zona estudiada.

Palabras Clave: Pesca Artesanal. Territorios de Pesca. Reserva de Desarrollo Sostenible. Río Xingu.

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a pesca artesanal entre camponeses ribeirinhos da comunidade São Marcos, em Senador José Porfírio, Estado do Pará. A pesca artesanal é caracterizada como umas das atividades mais estabelecidas e expressivas na comunidade, sendo responsável pela produção de pescado que, em parte, é consumida pelas famílias e, em parte, comercializada.

A pesca artesanal praticada na Amazônia envolve diversas modalidades de técnicas, modos de apropriação dos recursos pesqueiros, forma de organização da produção e distribuição dos rendimentos (Cardoso, 2001). Em tal região a pesca artesanal assume reconhecida relevância social por constituir fonte vital de alimentação, cultura, lazer, mão-de-obra (trabalho) e geração de renda para diferentes grupos sociais.

No município de Senador José Porfírio, situado na região geográfica imediata de Altamira, no Pará, as comunidades ribeirinhas situadas nas ilhas abrigam camponeses que vivenciam, produzem e manuseiam diversos saberes, apetrechos e “manhas”¹ na atividade da pesca artesanal. Tal modalidade de pesca constitui, assim, “uma atividade extrativa, artesanal e territorial, para fins de subsistência e de comercialização, que se constitui a partir de saberes e de fazeres tradicionais” (De Paula, C., 2019, p. 44)

Entre as comunidades ribeirinhas de Senador José Porfírio encontra-se a comunidade São Marcos. Trata-se de uma comunidade situada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Vitória de Souza, unidade de conservação localizada no baixo rio Xingu, a jusante da hidrelétrica Belo Monte. A atividade pesqueira na comunidade exhibe características da pesca artesanal e vem apresentando desafios decorrentes de mudanças geobiofísicas e da maior pressão sobre os territórios de pesca.

Diante desse quadro, busca-se analisar a pesca artesanal entre camponeses ribeirinhos da comunidade São Marcos, partindo das seguintes questões: como se organiza a pesca na comunidade? Que saberes são mobilizados nessa atividade? E como a pesca se organiza do ponto de vista de sua territorialidade, ou seja, das relações sociais dos pescadores da comunidade entre si e destes com pescadores de outras localidades no que diz respeito à apropriação da natureza exterior, sobretudo depois da instalação da hidrelétrica Belo Monte? A partir dessa problematização pretende-se contribuir com os estudos relacionados à temática da pesca artesanal no interior amazônico, desde uma perspectiva geográfica, vertente que ainda apresenta lacunas em relação ao tema.

Na efetivação do trabalho foram realizados procedimentos de pesquisa qualitativa que, de acordo com Richardson (1999), é uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social, buscando por valores subjetivos, pela contextualização dos dados e pelos motivos de cada resposta. Richardson (1999, p. 82) afirma que “[...] as pesquisas qualitativas de campo exploram particularmente as técnicas de observação e entrevistas devido à propriedade com que esses instrumentos penetram na complexidade de um problema”.

Nessa perspectiva, foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental, além de trabalho de campo na comunidade. No levantamento bibliográfico, foram privilegiados trabalhos que abordam a pesca artesanal nas águas doces e salgadas do Brasil (Alencar, 1993; Cardoso, 2001; De Paula, C.; 2019; Diegues, 1983; Furtado, 1993), além de autores que tematizam o território (Raffestin, 1993; Haesbaert, Limonad, 2000). Na pesquisa documental, foram consultados materiais relativos à criação da unidade de conservação estadual

¹“Manhas” é uma gíria bastante utilizada nas comunidades ribeirinhas e se relaciona a ter habilidade ou técnica para desenvolver determinada atividade, como a pesca.

Reserva de Desenvolvimento Sustentável Vitória de Souza (Pará, 2013, Pará, 2016), a fim de averiguar as prescrições legais acerca do uso dos recursos aquáticos na área da comunidade estudada.

O trabalho de campo, por sua vez, foi realizado na comunidade São Marcos, no mês de agosto de 2023, e envolveu registro fotográfico e realização de entrevistas. Foram entrevistados 15 camponeses ribeirinhos, prioritariamente aqueles que exercem a atividade pesqueira com mais frequência. Alguns, inclusive, foram entrevistados no momento em que retornavam da atividade pesqueira, ainda as margens do rio e outros em suas residências. Para preservar a identificação dos camponeses em lugar de nomes próprios, utiliza-se a letra P seguida dos números 1, 2, 3 até o 15, que corresponde ao total de entrevistados.

Além da introdução e das conclusões, o trabalho está subdividido nas seguintes seções: A pesca artesanal numa perspectiva territorial; A formação territorial da comunidade São Marcos; A organização da pesca na comunidade; Saberes e práticas produzidos e usados nas pescarias e; Apropriação e disputas pelos pesqueiros.

A PESCA ARTESANAL NUMA PERSPECTIVA TERRITORIAL

No sentido de entender o território a partir da apropriação e do uso que a sociedade faz no seu lugar de vivência, é importante compreender como as relações sociais se projetam no processo de apropriação da natureza exterior, configurando e reconfigurando os territórios da pesca artesanal. Parte-se do entendimento de que o território é formado a partir da apropriação de determinada área, onde os agentes sociais estabelecem relações de poder, construindo suas territorialidades. “O território nessa perspectiva é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (Raffestin, 1993, p. 144). Assim, como assinalam Hasbaert e Limonad (2000, p. 9), o homem nasce com o território, e vice-versa, o território nasce com a civilização.

O território pesqueiro, utilizado especificamente por pescadores artesanais, demonstra a identidade do espaço vivido, as territorialidades das comunidades ribeirinhas em sua relação com a natureza, além de ser espaço constituinte de moradia e trabalho (Cunha; Costa Silva, 2019). Na produção e apropriação desses territórios, os pescadores artesanais se relacionam com a natureza exterior e desenvolvem práticas e saberes relacionados à pesca, atividade importante na base econômica de sobrevivência e sustento familiar. Como afirma Rios (2015, p.62):

[...] para os pescadores artesanais, conceituamos território, quando os mesmos se apropriam do espaço, desenvolvendo ali suas atividades, criando relações de poder com o mesmo e demarcando tal espaço (marítimo ou terrestre) como o seu território de uso, ou seja, de uso da comunidade local para a garantia de sua sobrevivência.

Observa-se que o território ganha, além da delimitação de uso por parte dos pescadores, o sentido de conhecimento, de interação e incorporação à vida dos mesmos, pois é na área apropriada por tais sujeitos para garantia de sua sobrevivência, que são criadas relações de conhecimento, identificação e pertencimento.

Na Cartilha do MPP (2012), o conhecimento dos pescadores artesanais tem se mostrado de grande significância para a preservação de sua sabedoria tradicional, possibilitando a transmissão de experiências, crenças, mitos e valores a seus descendentes, cada um dentro de sua história vivida e, ao mesmo tempo, partilhada com os demais membros. Esse conhecimento é construído em resposta à necessidade de sobreviver no território de vivência, pois, como reforça Rios (2015):

A medida que pescadores artesanais se apropriam da natureza e retiram os recursos necessários à sua sobrevivência, os mesmos estão produzindo o espaço local. Cabe destacar que estes possuem formas e lógicas diferenciadas na apropriação da natureza, que por sua vez serão refletidas na produção do espaço local e na construção dos territórios pesqueiros (Rios 2015, p.59).

É no processo de produção do território, que os pescadores constroem conhecimentos específicos sobre rio, a diversidade dos peixes e também sobre as técnicas de pesca, que envolve o manuseio de apetrechos como a malhadeira, o caniço e a tiradeira. Ao mesmo tempo em que conhecem também os tipos e hábitos dos peixes, a migração, alimentação, a época e os lugares de desova dos cardumes.

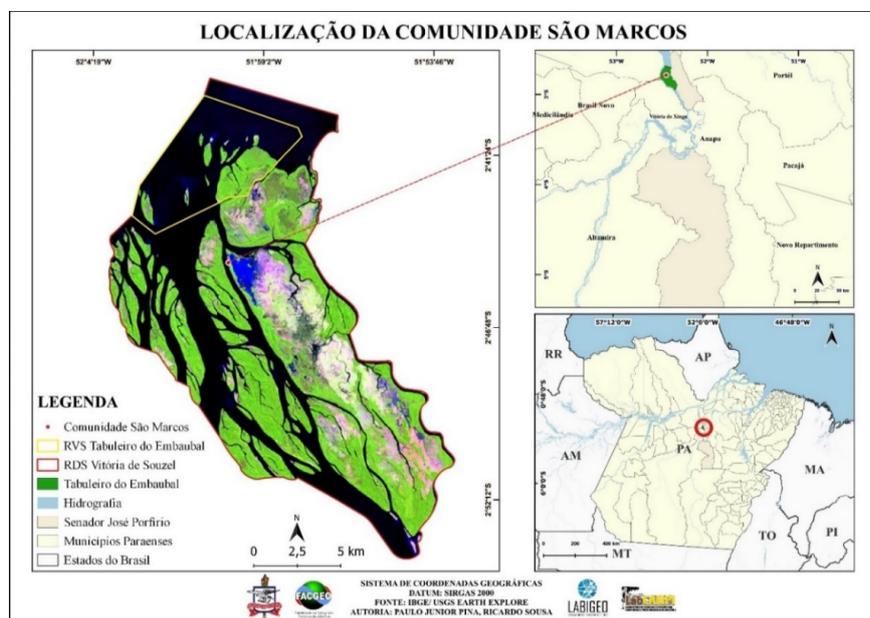
Todos esses aspectos evidenciam a presença de saberes especializados produzidos pelos pescadores sobre a atividade que desenvolvem dentro de determinado território de pesca. Portanto, os pescadores artesanais são sujeitos que produzem, aprendem e socializam saberes no cotidiano de sua prática da pesca.

A FORMAÇÃO TERRITORIAL DA COMUNIDADE SÃO MARCOS

A comunidade São Marcos é uma comunidade ribeirinha, situada em área das Ilhas no baixo rio Xingu, em Senador José Porfírio, no Pará (Figura 01). Tal área é marcada pela presença de várzea, cuja principal peculiaridade é a variação do nível das águas de acordo com as épocas chuvosas ou de estiagem.

Com cerca de 35 famílias, a comunidade é formada por pequenas casas distanciadas umas das outras não, dependendo de fatores como o grau de parentesco entre as famílias e a extensão da área ocupada. Trata-se de uma comunidade constituída por camponeses ribeirinhos, cuja reprodução social das famílias assenta-se na combinação de diferentes atividades ao longo ano.

Figura 01: Mapa de localização da comunidade São Marcos em Senador José Porfírio, Pará.



Fonte: IBGE, USGS EARTH EXPLORER.

As ilhas no baixo rio Xingu são predominantemente cobertas por vegetação pioneira herbácea e arbustiva que é utilizada como pastagem para criação de bubalinos durante o ano todo e bovinos no período de diminuição do nível do rio (De Paula, E., 2017). As imagens abaixo mostram os diferentes tipos de criação dos camponeses ribeirinhos da comunidade São Marcos (Figura 02).

Figura 02: Mosaico de imagens com criações de animais.



Fonte: Autores (2023).

A criação de aves, suínos e bubalinos é uma das atividades praticadas pelos camponeses que assume grande importância para o autoconsumo e eventualmente para obtenção de alguma renda. Como observam Sá e Guedes (2015, p.12) os camponeses:

São grupos humanos que vivem essencialmente da interdependência da terra/água e do que nela produzem; têm como base produtiva a força de trabalho familiar; são donos de seus instrumentos de trabalhos e possuem o controle de sua produção.

Nessa perspectiva, entende-se que os camponeses amazônicos são sujeitos sociais reconhecidos pela diversidade do trabalho familiar e pelas relações que mantêm com os diferentes ambientes locais. Através dessas relações garantem a existência enquanto grupo e a reprodução social tanto em áreas de terra firme, quanto em áreas ribeirinhas.

As casas dos camponeses que se reproduzem na comunidade São Marcos são todas de madeira, com assoalhos elevados por conta da subida das águas no período das cheias. Porém, muitas vezes, as famílias são surpreendidas com grandes cheias e precisam se mudar para áreas de terra firme. Os que ficam na área ribeirinha, usam seus conhecimentos para se adequarem aos desafios da natureza exterior através da construção de marombas². Abaixo evidenciam-se alguns tipos de casa construídas pelos moradores levando em conta o regime de subida e descidas das águas (Figura 03).

Figura 03: Tipos de casas na comunidade São Marcos.



Fonte: Autores (2023).

O acesso à comunidade é feito exclusivamente por via fluvial. O trajeto para a sede municipal de Senador José Porfírio pode durar até 2 horas, dependendo do tipo de transporte e dos “banzeiros”³. Assim, além abrigarem a ictiofauna que é objeto da pesca, os rios também são como caminhos ou estradas fluviais por onde os camponeses da comunidade ribeirinha circulam cotidianamente, usando embarcações de variados tipos mostrados a seguir (Figura 04).

Figura 04: Tipos de embarcações mais usados na comunidade.



Fonte: Autores (2023).

²“Maromba” é um tipo de estrutura em madeira construída pelos ribeirinhos para abrigar seus animais durante o período de cheias do rio.

³“Banzeiro” é o termo utilizado pelos camponeses ribeirinhos para se referir às movimentações e ondulações das águas do rio, decorrentes da força do vento.

Desse modo, para compreender a organização territorial da comunidade São Marcos é necessário levar em consideração que:

O ser ribeirinho é aquele que vê no território uma forma de compreender suas origens, que vê na territorialidade as manifestações simbólicas dos seus mitos e ritos, que foram sendo passados de geração a geração. Assim foram constituídas as suas identidades e os seus sentimentos de pertencimento com o território (Silva *et al.*, 2021. p.33).

O processo de ocupação não indígena das ilhas no baixo rio Xingu remonta ao tempo da extração da Borracha. A economia desse produto, que se dinamiza na Amazônia desde as últimas décadas do século XIX, ensejou a chegada de imigrantes nordestinos e de outras localidades aos seringais do Xingu (De Francesco, 2017). A origem de comunidades ribeirinhas, como a comunidade São Marcos, remonta a esse processo como se observa na memória de moradores entrevistados.

P8: “Meu avô sempre me dizia que a nossa comunidade surgiu a partir da borracha na região. Vieram muitas pessoas de fora pra cá trabalhar, muitos voltaram pra suas cidades e outros ficaram por aqui. Os que ficaram construíram suas casas na beira do rio”.

P15: “Olha, os primeiros a ocupar a comunidade foram os seringueiros. Eles fizeram várias estradas na mata pra tirar o látex, aos poucos foram construindo suas casas”.

A economia da borracha abriu novas áreas de povoamento não indígena no interior amazônico. Com isso, nas bocas de igarapés ou rios em que se explorava algum recurso, era comum localizar-se “um posto ou comércio que tinha a função de canalizar a produção agroextrativista trazida das terras interiores e de drená-la para os portos e cidades maiores” (Castro, 2008, p. 17-18). Pelo fato de as relações econômica passarem necessariamente pela via fluvial, a comercialização e a troca de mercadorias com os regatões que navegavam pelas ilhas do Xingu contribuíram para a formação de comunidades camponesas às margens de rios e igarapés.

Na comunidade São Marcos, os camponeses ribeirinhos re-produzem seu modo de vida combinando, historicamente, sobretudo a criação de animais de pequeno e grande porte com atividades extrativas, particularmente a pesca. Nesse processo, interagem com a natureza exterior, buscando recursos que asseguram a sobrevivência da comunidade por gerações, através de práticas de baixo impacto ambiental e pouca articulação com o mercado, voltadas, em grande medida, ao autoconsumo.

A ORGANIZAÇÃO DA PESCA NA COMUNIDADE

A pesca artesanal é uma atividade que envolve a família como um todo. Trata-se, assim, de uma atividade em que o trabalho familiar é de grande importância, sendo através dessa forma de organização do trabalho que ocorre a transmissão de saberes de geração em geração. No quadro 01, encontram-se coligidas algumas informações sobre as pescadoras e pescadores entrevistados.

Quadro 1: Perfil dos entrevistados.

Nome	Sexo	Idade/Anos	Escolaridade	Tempo de moradia (Anos)
P1	M	23	Fundamental incompleto	23
P2	F	40	Fundamental incompleto	10
P3	M	18	Alfabetizado	2
P4	F	52	Fundamental incompleto	20
P5	M	47	Fundamental incompleto	11
P6	M	64	Analfabeto	16
P7	M	67	Analfabeto	18
P8	M	61	Analfabeto	40
P9	M	46	Fundamental incompleto	17
P10	F	42	Fundamental incompleto	4
P11	M	21	Fundamental incompleto	4
P12	M	48	Fundamental incompleto	6
P13	M	50	Analfabeto	8
P14	F	60	Analfabeto	13
P15	M	52	Fundamental incompleto	18

Fonte: Autores (2023).

Observa-se no quadro 01 que, entre os 15 (quinze) entrevistados, 11 (onze) são do sexo masculino e 4 (quatro) do sexo feminino. A predominância da participação masculina é uma característica da atividade pesqueira e também foi observado por Brito *et al.* (2015). Ressalte-se que as atividades executadas pelas mulheres nem sempre se desenvolvem no mesmo espaço das atividades masculinas e com a mesma frequência. As mulheres possuem uma relação orgânica com a pesca. Como assinala Alencar (1993, p. 66), as mulheres “geralmente participam da atividade com outro papel, auxiliando no conserto das redes de pesca e no beneficiamento do pescado”.

Em relação faixa etária dos entrevistados, observa-se que há na comunidade camponeses com diferentes idades praticando a pesca, incluindo homens e mulheres. “A amplitude na faixa de idade demonstra que a atividade é praticada por diferentes gerações, o que justifica a transferência de aprendizado da atividade, passada de pai para filho” (Santos *et al.*, 2011, p. 5).

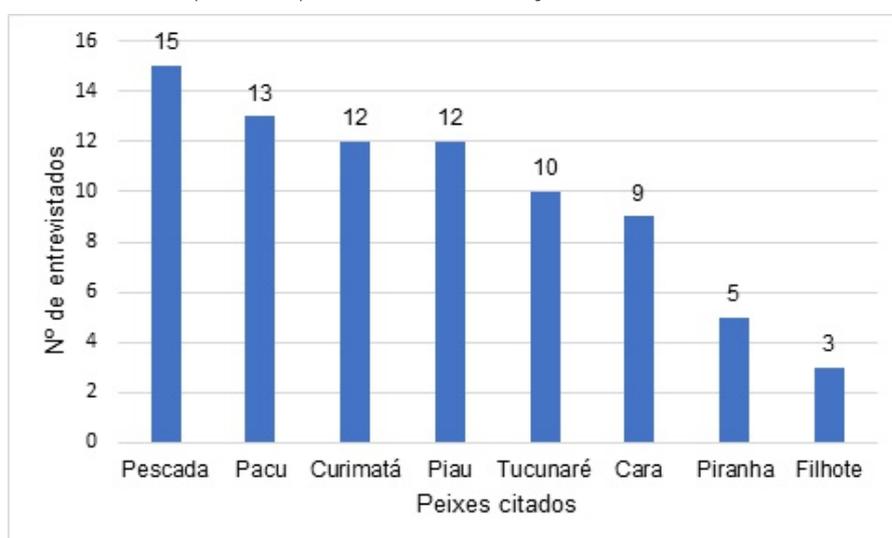
Sobre o nível de escolaridade dos pescadores entrevistados, 9 informaram que possuem o ensino fundamental incompleto, 1 foi apenas alfabetizado e 5 disseram que não cursaram nem um nível de ensino. Relataram que tiveram alguns ensinamentos por membros da família que tinham um estudo mais avançado na época e nos eventos da igreja na comunidade, mas era estudo que não tinha validade do plano documental.

Em relação ao tempo de moradia na comunidade, nota-se que o pescador identificado por P8, é o mais antigo, com 40 anos residindo no local. Tal morador demonstrou vasto conhecimento sobre a comunidade e destaca que seus pais e avós também residiram na mesma localidade. Já o pescador identificado por P3 possui o menor tempo de moradia, apenas 2 anos, sendo oriundo de Porto de Moz, município contíguo a Senador José Porfírio.

A pesca é uma atividade que se pratica ano todo. Mas na época de cheia (inverno), o pescador chega a pescar até 30 quilos de peixes por semana, isso indo apenas 3 vezes ao rio. Já no verão, a pesca não rende muito e tem as restrições legais do período defeso, em que os pescadores devem seguir as condições ambientais. Neste período, a pesca seria basicamente para o autoconsumo.

As principais espécies capturadas encontram-se coligas no gráfico 01, conforme a frequência com que foram citadas pelos entrevistados. Observa-se que a pescada foi o peixe mais citado por ser de fácil captura e também constituir uma das espécies que predomina nos rios e igarapés da comunidade. Já o filhote foi o menos citado. Os entrevistados informam que é difícil a captura desse peixe e, no verão, ele praticamente desaparece dos rios. Relacionam essa escassez ao fato de anos atrás, a espécie ter sido muito capturada tanto por pescadores locais, quanto por pescadores de outras comunidades e cidades circunvizinhas de Senador José Porfírio e Vitória do Xingu.

Gráfico 01: Espécies de peixes citadas em relação ao número de entrevistados.



Fonte: Autores (2023).

Os apetrechos de pesca utilizados são selecionados em conformidade com a área de pesca, profundidade, época do ano, período do dia e espécie alvo. Assim, numa pescaria, tanto pode ser utilizada uma só arte de pesca como a combinação de vários apetrechos. Destacam-se no quadro 02, os instrumentos mais utilizados pelos pescadores entrevistados.

Quadro 02: Apetrechos de pesca mais utilizados pelos ribeirinhos da comunidade São Marcos.

Apetrechos utilizados na pescaria	Frequência de citação pelos entrevistados
Malhadeira	15
Tela de mão (linha com anzol)	15
Zagaia	6
Tarrafa	5
Canço	4
Espinhel	4
Flecha	3
Matapi	3

Fonte: Autores (2023).

Observa-se que os apetrechos mais utilizados são a malhadeira e a tela de mão (citados pelos 15 entrevistados) e os menos usados são a flecha e o Matapi⁴, citados por 3 pessoas. Esses apetrechos são usados conforme a intenção do pescador e envolvem manuseio e tipo diversificado de pescaria.

Arte ou apetrecho de pesca é a denominação dada para todo e qualquer instrumento utilizado na captura de peixes e outros organismos aquáticos. Esses apetrechos de pesca são bastante variados e usados conforme a intenção do pescador que pode ser desde maior número de capturas por pescaria ou até mesmo a seleção por determinada espécie (Monteles, Funo; Castro, 2014, p.69).

Boa parte da pesca artesanal é realizada com apetrechos próprios. Vários desses equipamentos são confeccionados, na maioria das vezes, pelos pescadores, que utilizam linha de náilon e anzóis para fabricar apetrechos como a rede de malhadeira, o espinhel (Tiradeira) e a tarrafa.

No que diz respeito à importância da pesca na renda familiar, todos relataram que tal atividade contribui bastante no final do mês. Com a renda obtida na pesca somada aos benefícios do governo federal, como "bolsa família", conseguem dinheiro para a compra de mercadorias que não são produzidas localmente, mas que são importantes para a reprodução da família, como o combustível usado nas embarcações. Sobre esse ponto os entrevistados afirmaram:

P1: "A pesca é importante pra nós porque é onde a gente consegue obter o dinheiro. Aqui ou pesca ou o negócio não vai pra frente né. É através da pesca e da venda dos peixes que conseguimos o dinheiro para o sustento das nossas criações".

P2: "olha, a pesca é o melhor ramo nosso que somos ribeirinhos. Com ela a gente consegue o nosso sustento, tem o bolsa família que ajuda também".

Outra fonte que contribui com a renda dos pescadores é o Seguro Defeso. Segundo Lourenço, Henkel e Maneschy (2006), tal seguro é um benefício definido a partir da inclusão plena dos trabalhadores rurais no sistema previdenciário oficial resultante da promulgação da Lei n.º 8.213, de 25 de julho 1991, que incluiu os pescadores artesanais, que fazem dessa atividade seu principal meio de vida. Com isso, esses trabalhadores fazem jus a um salário mínimo a cada mês em que estejam impedidos legalmente de realizar sua profissão, para suprir suas necessidades durante a época do defeso.

⁴"Matapi" é um apetrecho utilizado para captura de camarão. Em formato cilíndrico é feito de talas e fibras extraídas de palmeira e cipós, sendo colocado nas beiras de rios e igarapés com iscas para atrair os camarões.

SABERES E PRÁTICAS PRODUZIDOS E USADOS NAS PESCARIAS

A atividade pesqueira consiste em um processo de apropriação da natureza exterior pelo trabalho humano, o qual envolve saberes construídos pelos pescadores a partir de suas práticas de pesca. Entre os 15 (Quinze) pescadores entrevistados 12 (doze) afirmaram que aprenderam a pescar com os pais e 3 disseram que foi com avô, irmão e marido. Para os entrevistados a pesca é uma atividade que se desenvolve com pessoas de casa ou com pessoas que tenham vínculo familiar. São essas pessoas que ensinam o passo a passo da aprendizagem no primeiro momento do ofício.

Acerca desse ponto, Diegues (1983, p. 12) assinala que “o conhecimento tradicional na pesca é cumulativo, produzido por gerações sucessivas; é empírico, pois deve se confrontar com o teste da das mudanças socioeconômicas, tecnológicas e físicas experiência diária; é dinâmico no sentido que ele se transforma em função”. Maldonado (1986), por sua vez, afirma que os conhecimentos são transmitidos ao pescador, por seus ancestrais, pelos mais velhos através da oralidade e prática diária, uma vez que só se aprende fazendo, observando, imitando e recebendo orientações para que, futuramente, se tenha noção de sobrevivência na natureza e se possa usufruir dela apenas o necessário.

Na escolha dos locais de pesca, por exemplo, os pescadores afirmaram que se baseiam no conhecimento empírico sobre o ambiente que cotidianamente frequentam. Tais conhecimentos possibilitam explorar os “pesqueiros”, que são lugares descobertos pelos pescadores com uma variedade de peixe que não é comum em outras áreas.

Os pescadores relataram que conseguem encontrar os peixes com maior facilidade através dos movimentos das águas. Por meio desses movimentos observam os indícios para detectá-los e se orientam pelos sinais dados pelos peixes, desde a batida na água, a borbulha que fazem no rio, as escumas e o cheiro de pitiú⁵ que ficam nesses locais. Nesse sentido, Furtado (1993, p.199) afirma que:

O conhecimento do ambiente em que vive e a habilidade para fazer coisas para utilizar este ambiente à medida que vão sendo transmitidas e absorvidas pelas gerações transformam práticas, hábitos de vida, modo de apreensão e apropriação da natureza com traços característicos do povo, no seio do qual são desenvolvidos.

É importante salientar que os pesqueiros também são identificados por meio de alguma característica natural do lugar, como uma pedra, uma árvore, um “furo”⁶. Uma vez identificados, os pescadores podem fazer a limpeza de alguns locais para facilitar o acesso, especificamente nos furos, retirando a vegetação para facilitar a entrada das embarcações.

Os pescadores e pescadoras entrevistados afirmaram que não praticam nenhum tipo de ritual antes da pesca. Mas fazem oração ainda em casa, pedindo proteção em relação aos perigos e bênçãos para uma pescaria de fartura. No entanto, alguns dos entrevistados relataram que durante a noite já se depararam com seres assustadores como sucuris, jacarés enormes e assombração (assovios) vindos, sobretudo, dos barrancos⁷ próximos à beira do rio. Sobre esse ponto, Castro (2000, p. 167) ressalta que “a simbologia dos mitos e lendas amazônicas presente no cotidiano dos pescadores e a relação com os seres descritos nas histórias contadas de geração em geração, interfere na atividade de pesca”.

Assim, os significados que a pesca assume na história de vida dos pescadores e seu valor simbólico são mediados pela relação que estabelecem com a natureza exterior. Até porque o ato de pescar apresenta-se como parte de um universo com costumes e saberes construídos na experiência cotidiana dos pescadores no rio.

⁵“Pitiú” é o termo utilizado pelos ribeirinhos para descrever o cheiro característico de peixe e que sentido com maior intensidade quando há cardumes de peixes reunidos em determinado local.

⁶Furo” é o nome utilizado pelos ribeirinhos como pequenas aberturas nos rios sendo natural ou, às vezes, antrópicas, que facilitam o deslocamento no ambiente aquático.

⁷“Barrancos” são vegetações de pequeno porte comumente estabelecidas em áreas várzea, sendo fixas e móveis, dependendo do período de cheia ou estiagem.

Ainda sobre os fenômenos que interferem na pescaria, foram relatados os fortes banzeiros, os regimes de ventos, as fases da lua e a hidrelétrica de Belo Monte. Tais indicações aparecem, por exemplo, nos seguintes excertos de fala:

P4: "De alguns anos pra cá o que mais atrapalhou a pesca aqui, na nossa comunidade, foi a Usina de Hidrelétrica de Belo Monte. A água ficou mais barrenta, alguns sedimentos dão pra ver no rio, que acaba atrapalhado a pesca de piraquera"

P9: "O banzeiro, o luar e o vento quando tá muito forte atrapalham a nossa pescaria porque nós não pegamos quase nada de peixe".

Conforme Baptista (2007), a percepção do ambiente é de suma importância, já que traduz a relação das sociedades com a natureza. As condições dos rios continuam sendo indispensáveis aos pescadores, pois estes precisam entender os fenômenos naturais para que, assim, tenham sucesso na atividade de pesca.

Entre as principais dificuldades enfrentadas pelos pescadores da comunidade São Marcos destaca-se o aumento expressivo do número de pescadores vindos de outras localidades do município de Senador José Porfirio e de Vitória do Xingu, para pescar às proximidades da comunidade. Isso já teria contribuído para o quase desaparecimento de algumas espécies, como o filhote, por exemplo. Outras dificuldades estariam relacionadas à construção da hidrelétrica Belo Monte a montante no rio Xingu. As implicações decorrentes dessa hidrelétrica estariam associadas a alterações na coloração da água, que teria ficado mais "barrenta" (escura), devido a maior carga de lodo e sedimentos.

Assim, além dos fenômenos próprios da natureza exterior, o cercamento do rio Xingu para a geração de hidrelétrica estaria trazendo dificuldades à prática da pesca em comunidades ribeirinhas no baixo rio Xingu. Com isso, vislumbra-se um cenário cada vez mais crítico no que diz respeito à conservação dos recursos pesqueiros e a reprodução social de grupos sociais camponeses, que têm entre suas atividades a pesca como importante fonte de renda e alimento.

APROPRIAÇÃO E DISPUTAS PELOS PESQUEIROS

Os locais de pesca denominados de "pesqueiros" são diversificados e cada um recebe um nome específico. Tais denominações foram atribuídas pelos pescadores antigos ou, mesmo, pelos primeiros colonizadores que por onde passavam iam nomeando os lugares.

Alguns pesqueiros se localizam às proximidades da comunidade São Marcos e outros, mais distantes, onde, na maioria das vezes, os pescadores têm que se deslocar em busca da quantidade ou da qualidade da espécie desejada. Alguns nomes de lugares onde se encontram pesqueiros frequentados pelos pescadores da comunidade são os seguintes: Pequiri, Aramambé, Fé em Deus, Lua cheia, Pau grande, Neretuba, Mestre Pedro, Abaité, Boca do Cacau, Pitoa, Escondido, Mucurípi, Poço de lama e Igarapé do Bicho.

Nos pesqueiros que ficam dentro da comunidade, segundo os entrevistados, a pesca é praticada somente pelos pescadores locais. Pescadores vindos de outras localidades ou municípios são proibidos, porque há acordos de pesca entre os pescadores da comunidade, o que ocasiona conflitos pelos pesqueiros. Os conflitos de pesca, como observam Freitas *et al.* (2005, p.510), podem "variar em função de fatores como tipos de uso do recurso numa região específica, densidade demográfica, nível de exploração dos estoques, grau de dependência do recurso ou valores culturais".

A forma de utilização dos pesqueiros pelos camponeses da comunidade, os acordos de pesca e a presença de regras informais de uso ou apropriação de áreas de pesca, assim como as relações entre os pescadores locais e pescadores de outras localidades são cruciais para o entendimento da dinâmica dos conflitos que ocorrem na área, embora não sejam constantes. Os excertos de falas reforçam a preocupação dos pescadores entrevistados com a manutenção dos pesqueiros.

P14- Bom, antes, vinha muitos pescadores de outras localidades pra cá pescar. Nós não dizíamos nada pra eles. Eles levavam muitos isopores com peixes, e com tempo os peixes foram se

afugentado daqui da área. Agora nós não deixamos mais entrar, só pode pescar nos daqui.

P15 -Quando aqui não era área de conservação, os pescadores de fora levavam os nossos peixes, mas agora nós da comunidade temos que ter mais cuidado para não deixar acabar.

Deve-se ressaltar que tais pesqueiros ficam dentro da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Vitória de Souza que, de acordo art. 6º e incisos I e V, do decreto Nº 1.566, de 17 de junho de 2016, objetiva: I – “Garantir a proteção dos recursos ambientais e socioculturais existentes na área” e; “V - Promover o desenvolvimento sustentável das populações que habitam a área da RDS, com prioridade para o combate à pobreza e melhoria das suas condições de vida” (Pará, 2016).

No caso dos conflitos por pesqueiros nessa unidade de conservação, deve-se indicar que ainda não se transformaram conflitos violentos. Encontram-se ainda no plano da comunicação, do diálogo e, em caso de insistência por parte de invasores, a comunidade aciona a fiscalização ambiental para que se tomem as medidas visando assegurar a utilização dos recursos pesqueiros de forma mais controlada.

CONCLUSÕES

Os resultados obtidos indicam que entre os pescadores entrevistados na comunidade São Marcos, a pesca artesanal é uma atividade bastante expressiva do ponto de vista da obtenção de renda e da obtenção de alimento para o autoconsumo. A pesca é uma atividade praticada por homens e mulheres e ocorre nos rios, igarapés e furos, onde se localizam os principais pesqueiros usados e defendidos pelos pescadores da comunidade.

Os saberes empíricos que os pescadores detêm sobre os ambientes pesqueiros, as práticas de pesca e o comportamento de diversas espécies de peixe revelam a diversidade socioambiental em que a pesca é praticada. A atividade da pesca é organizada por meio de regras comunitárias, reduzindo, de certa forma, os conflitos por pesqueiros.

Os pescadores na sua maioria têm a pesca como a principal fonte de renda, sendo complementada pelo seguro defeso e outros auxílios governamentais. Como apenas a renda resultante da pesca é insuficiente para o sustento da família, os pescadores também desenvolvem outras atividades, como a extração de produtos floresta e a criação de aves, suínos e bubalinos, sendo desta forma, camponeses ribeirinhos.

Mas o cenário da pesca vem mudando, sobretudo em função da pressão cada vez maior sobre os pesqueiros, decorrente da vinda de pescadores de outras localidades e municípios. Os pescadores também identificam mudanças no ambiente que podem estar relacionadas à instalação da hidrelétrica Belo Monte no rio Xingu, a montante da comunidade. Tais mudanças dificultam a prática de determinadas formas de pesca e representam novos desafios para os pescadores estudados.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. F. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, LEITÃO; DE MELO (orgs). **Povos das águas** – realidade e perspectiva na Amazônia. Belém: MPEG, 1993, p. 63-81.

BAPTISTA, C. P. B. **O uso e a percepção ambiental de áreas úmidas por uma população ribeirinha na região da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas**, Rio Grande do Sul. 2007.

BRITO, T. P.; OLIVEIRA, A. N. D.; SILVA, D. A. C.; ROCHA, J. A. S. Caracterização socioeconômica e tecnológica da atividade de pesca desenvolvida em São João de Pirabas –Pará –Brasil. **Ambiência Guarapuava**, n. 3, v.11, p. 699-720, 2015.

CARDOSO, E. S. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. São Paulo: 1v. (Tese - Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

CASTRO, E. M. R. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, E. (org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2008. p. 13-30.

- CASTRO, E. |M. R. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 2000, p. 165-182.
- CUNHA, G. D. O. B.; COSTA SILVA, R. G. Invisibilidades produzidas: o “desaparecimento” das comunidades ribeirinhas nos estudos da hidrelétrica Tabajara (Amazônia brasileira). **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 7, 2019.
- DE FRANCESCO, A. *et al.* História de ocupação do beiradão. In: CUNHA, M. C.; MAGALHÃES, S.(orgs). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte**. Relatório da SBPC. 1ed. São Paulo: SBPC, 2017. p. 41-66.
- DE PAULA, C. Q. Geografia e pesca artesanal brasileira: diálogos possíveis. In: De Paula; |Silva; Silva (orgs).**Geografia e Pesca artesanal Brasileira**. Belém, GAPTA, 2019, p. 23-56.
- DE PAULA, E. M. **Paisagem Fluvial Amazônica: Geocologia do Tabuleiro do Embaubal - Baixo Rio Xingu**. 2017.
- DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.
- FREITAS, C. E. C.; Rivas, A. A. F.; Kahn, J. R. **Self-regulation strategies and comanagement of fisheries resources in the Amazon basin**. Ecosystems and Sustainable Development V. Wit Press, Boston – USA. 2005.
- FURTADO, L.G. **Os pescadores do Rio Amazonas: Um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área Amazônica**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. 1993.
- HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Geo Uerj**, n. 5, 1999, p. 9.
- LOURENÇO, C. F., HENKEL, J. A. S., MANESCHY, M. C. **A seguridade social para pescadores artesanais do Brasil: estudo de caso no Pará**. ICFS, 2006.
- MALDONADO, S. C. **Pescadores do mar**. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- MONTELES, J. S.; FUNO, I. C. de A.; CASTRO, A. C. L. de. Caracterização da pesca artesanal nos municípios de Humberto de Campos e Primeira Cruz - Maranhão. **Bol. Lab. Hidrobiol.** v23, n 1, p. 65-74. 2014. Disponível em: . Acesso em 10 de novembro de 2023.
- MPP. Movimento dos Pescadores Artesanais. **Cartilha Movimento Pescadores e Pescadores Artesanais**. Bahia, jul. 2012.
- PARÁ. Diretoria de áreas Protegidas. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **Diagnóstico Ambiental, Socioeconômico e Fundiário para Criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral e Uso Sustentável Tabuleiro Do Embaubal**. Belém: SEMA-PA, 2013. 305 p. 2 volumes.
- PARÁ. **Decreto nº 1.566, de 17 de junho de 2016**. Disponível em: . Acesso em 20 de agosto de 2023.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Atica, 1993.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3a. Edição. São Paulo. Atlas. 1999.
- RIOS, K. A. N. **Da produção do espaço a construção dos territórios pesqueiros: pescadores artesanais e carcinicultores no Distrito de Acupe–Santo Amaro (BA)**. 2015, p. 62.
- SÁ, Wendell Rocha; GUEDES, Eneias Barbosa. Territorialidades e resistência camponesa na várzea da microrregião de Santarém–Pará. **Revista GeoAmazônia**, v. 2, n. 04, p. 10-45, 2015.
- SANTOS, Paula Verônica Campos Jorge *et al.* Perfil socioeconômico de pescadores do município da Paposa, Estado do Maranhão. **Revista Brasileira de Engenharia de Pesca**, v. 6, n. 1, p. I-IVX, 2011.